

O LUGAR DAS HUMANIDADES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FEMININA EM PORTUGAL (SÉCULOS XV-XVII)

Filipe Alves MOREIRA

IF-Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Universidade Aberta
Orcid: [0000-0002-7426-7395](https://orcid.org/0000-0002-7426-7395)

Paula Almeida MENDES

CITCEM-Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Orcid: [0000-0002-5748-635](https://orcid.org/0000-0002-5748-635)

Resumo: A ‘Querelle des Femmes’ contribuiu para estimular o debate polarizado em torno das capacidades e competências do género feminino, declinado em vários textos de pendor moral e pedagógico. Estas obras, fornecendo pautas comportamentais e estabelecendo «programas» de educação, sublinham a importância das Humanidades na moldura da formação feminina. Tendo como pano de fundo esta temática, este estudo procura chamar a atenção para os moldes em que se formulou, em Portugal, entre o final do século XV e o século XVII, a educação feminina.

Palavras-chave: Humanidades; Género feminino; Educação; Portugal; Séculos XV-XVII.

Abstract: The ‘Querelle des Femmes’ contributed to stimulating the polarized debate around the abilities and skills of the female gender, declined in several texts of a moral and pedagogical nature. These works, providing behavioral guidelines and establishing education “programs”, highlight the importance of the Humanities in the framework of female education. With this theme as a backdrop, this study seeks to draw attention to the ways in which female education was formulated in Portugal, between the end of the 15th century and the 17th century.

Keywords: Humanities; Female gender; Education; Portugal; 15th-17th centuries.

A presença das mulheres na moldura da cultura escrita, no período compreendido entre os séculos XV e XVII, mais concretamente no que diz respeito às dimensões relacionadas com a posse, edição e circulação de textos, constitui um campo de investigação que tem merecido, nas últimas décadas, uma significativa atenção (Fernandes, 1994: 133-155; Villegas de la Torre, 2012; Baranda Leturio, 2017: 185-206; Mendes, 2020: 45-62). Como vários estudos já realçaram, a partir da Baixa Idade Média, destacou-se a emergência de um importante grupo de senhoras – presumíveis leitoras –, nomeadamente da realeza e da alta nobreza, ao qual vinha sendo direcionado um certo tipo de literatura em vulgar (Plebani, 1996: 23-44), espelhando, deste modo, um quadro que reflete a crescente importância da leitura na formação das mulheres, na linha da pedagogia humanista, assim como a progressiva constituição de «bibliotecas femininas» (Cátedra; Rojo, 2004).

Neste sentido, não perdendo de vista este enquadramento, haverá que equacionar a problemática em torno das leituras femininas, obrigando-nos a pensar os moldes em que se foi desenvolvendo um processo com vista à educação feminina. De resto, como é sabido, ao longo do século XVI, cada vez mais se foi insistindo na importância de «programas» de leitura – ou «leituras seleccionadas» - no domínio da formação feminina (Fernandes, 1995: 119-120). Esta preocupação com as leituras e o acesso aos textos por parte das mulheres tinha sido já manifestada por S. Jerónimo, sobretudo em algumas cartas dirigidas a Paula, Leta e Eustóquio. Deste modo, este Padre da Igreja poderá ser considerado uma espécie de pioneiro no que diz respeito não apenas à valorização, como também à seleção das leituras femininas, traçando um «programa» que se baseava na Sagrada Escritura e nas obras de «varões eruditos» como Hilário, Atanásio e Cipriano (S. Jerónimo, 1962: 242; Fernandes, 1995: 120). As orientações estabelecidas por S. Jerónimo – de natureza, sobretudo, qualitativa - continuariam a ditar, ao longo da Idade Média, os critérios da leitura feminina (Fernandes, 1995: 119-127). Foram, especialmente, as rainhas, princesas e grandes senhoras as principais destinatárias de textos, recomendações e conselhos relacionados com a prática da leitura. Com efeito, procurava-se instruí-las, fornecendo pautas comportamentais modelares, de molde a que articulassem, harmoniosamente, as obrigações da sua vida doméstica e conjugal com as suas funções sociais (Fernandes, 1993: 109-121).

Deste modo, dois níveis de análise se impõem: por um lado, a importância das leituras na formação feminina (uma posição que, sobretudo a partir do Humanismo, sem esquecer o lastro da «Querelle des Femmes» (Zimmermann, 2001: 17-29), vai ganhando cada vez mais defensores); por outro, a necessidade de orientação, seleção e controlo dessas mesmas leituras, condenando certas tipologias textuais – nomeadamente os livros de cavalarias, livros de amores, as «Celestinas», ou seja, textos suscetíveis de se tornarem instrumentos perturbadores da educação e de exercerem uma influência nefasta sobre a vida moral das mulheres: em suma, uma clara distinção entre os «bons livros» e os «maus livros».

Juan Luis Vives, na *Institutio Foeminae Christianae*, abordou também o problema das leituras femininas. Vives, nos primeiros capítulos do «Livro I» da sua *Institutio Foeminae Christianae*, traça o programa de educação da donzela nos seus primeiros anos e estabelece o elenco dos autores e obras que esta deve ler (os *Evangelhos*, os *Actos dos Apóstolos*, as *Epístolas*, os livros históricos e morais do Antigo Testamento, São Cipriano, São Jerónimo, Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São João Crisóstomo, Santo Hilário, São Gregório, Boécio, São Fulgêncio, Tertuliano, Platão, Cícero, Séneca), assim como o dos textos, cuja leitura deverá ser evitada (Vives, 1992: 1001-1005). Como alguns autores já sublinharam, as propostas pedagógicas de Juan Luís Vives mostram que a «educação» feminina era encarada como uma necessidade para que a donzela não ficasse, pela ignorância, mais vulnerável à prática do pecado:

[...] doncella que por su natural virtud, o por efecto de su buena índole o, simplemente por sus letras, hubiere aprendido a poner ojo en estas y otras consideraciones semejantes, imbuído y fortalecido su pecho com estos santos avisos, nunca doblegará su alma a la admisión de torpeza ninguna (Vives, 1992: 996).

Neste sentido, o texto de Vives, assim como outras obras de natureza semelhante, visam a construção e a inculcação de modelos exemplares femininos de matriz devota, em que as competências relacionadas com a leitura, a escrita e a aritmética se revelam fundamentais.

Se estas dimensões se revelam centrais no quadro da formação feminina, na primeira modernidade, parece-nos pertinente auscultar

o lugar que as Humanidades ocupam neste processo. A vinda de Cataldo Parísio Sículo para a corte portuguesa parece, efetivamente, ter inaugurado um momento de renovação na moldura da educação, nomeadamente do ensino dos *Studia Humanitatis*. Como é sabido, Cataldo foi preceptor de jovens nobres, entre os quais se contam D. Leonor de Noronha, e o seu papel seria fundamental para que a revalorização das línguas clássicas, nomeadamente o latim, alcançasse uma significativa visibilidade. Atendendo a este contexto, poderíamos evocar também os casos de outras senhoras que estudaram o latim, tais como a infanta D. Maria Manuela, para quem João de Barros compôs uma obra intitulada *Grammatices rudimenta*, ou as eruditas damas que integravam a corte da infanta D. Maria, entre as quais se contavam Luísa Sigea ou Joana Vaz (Vasconcelos, 1983).

De resto, a «habilidade das mulheres portuguesas para as letras e artes liberaes» foi exaltada por Duarte Nunes de Leão na sua *Descrição do Reino de Portugal* (Leão, 2002: 303). Deste modo, enfileirando numa corrente que, sobretudo a partir do debate originado pela «Querelle des Femmes» vinha insistindo na valorização das competências, aptidões e virtudes femininas, Duarte Nunes de Leão tece este elogio:

Posto que as mulheres das forças corporaes sejam naturalmente mais fracas que os homens, na subtileza dos engenhos para as letras e outras artes lhes não são inferiores querendo-se aplicar ao estudo dellas. [...] E se a ellas lhes fora lícito irem às escholas e estudos públicos e aprenderem como aos homens, não há dúvida senão que fora mui grande o número das letradas que poderam meter em confusão a muitos homens que nas escholas aprenderam muitos anos, e nellas tomaram graos (Leão, 2002: 303).

Pese embora o facto de, ao longo dos séculos XVI-XVII, a educação feminina estar circunscrita à ambiência doméstica ou monástica (Barbazza, 1988: 327-348, Mostaccio, 2010: 65-87), esta realidade não constituiu, efetivamente, um constrangimento para que muitas mulheres aprendessem Línguas (latim, grego, francês, alemão), Filosofia ou História, ou seja, um conjunto de saberes que integram as Humanidades.

Um dos casos que poderemos evocar diz respeito a D. Maria de Parma que, segundo o seu biógrafo Sebastião de Moraes, «possedeua la lengua

latina piu che mezanamente, & in modo, che in quella poteua parlare, & scriuere molto bene: hauea de la greca assai buona cognitione.» (Moraes, 1602: 34-35).

A sua irmã, D. Catarina, duquesa de Bragança, era «sapiientíssima en las lenguas Latina y Griega» (Acosta, 1592: f. 98 v).

Por sua vez, Fr. Luís dos Anjos, no seu Jardim de Portugal, recupera o caso de Públia Hortênsia de Castro,

que, à imitação das donzelas gregas que aprendiam nas Universidades, veio à de Coimbra aonde se seu aos estudos com notável cuidado, em trajos de estudante, sem ninguém saber que era mulher [...] e saiu boa latina, melhor retórica, boníssima lógica, grande em filosofia, maior em metafísica e grandíssima em algumas matérias que tratou de teologia, pelo que teve mercês dos reis que algumas vezes a viram orar e defender conclusões em as ciências que estão ditas (Anjos, 1999: 241).

Os catálogos femininos editados em Portugal no século XVIII não deixariam de exaltar vários casos de mulheres que se destacaram no domínio das Humanidades. Diogo Manuel Aires de Azevedo, no seu *Portugal ilustrado pelo sexo feminino*, evoca o exemplo de D. Antónia de Lacerda, que foi «versadíssima em uma e outra história, eclesiástica e secular, soube tres idiomas: latino, grego e siríaco» (Azevedo, 1734: 73-74); de Luísa Marescoti, que «quando perpez dez anos já sabia latim e o falava com tanta expedição como elegância» (*id.*: 79); de Adriana Fagundes, que «soube diversas línguas, falando-as com igual elegância que expedição»; de Cristina Úrsula de Sá, que dominava «com muita perfeição as línguas latina, italiana, castelhana e francesa» (*id.*: 102); ou de Paula de Sá, que «decorou por sua curiosidade grande parte da História romana» (*id.*: 86).

As dedicatórias que acompanham a maior parte das obras editadas entre os séculos XVI e XVIII poderão também fornecer algumas pistas de investigação sobre o lugar nos livros em ambiência feminina e o papel que poderão ter exercido no domínio da sua instrução. Como é sabido, nem todos os dados valem o que parecem (até porque, a dedicatória de uma obra a uma determinada figura não significa que a obra tenha sido lida ou manuseada, obrigando-nos, assim, a

interpretar estes dados com cuidada reserva). Em todo o caso, alguns estudos mostraram que, no caso português, ao longo dos séculos XVI e XVII, a maior parte das obras dedicadas a mulheres filiavam-se no veio da literatura de espiritualidade, refletindo, desta forma, a receção das orientações defendidas por teólogos, moralistas ou pedagogos (Fernandes, 1994: 133-155; Mendes, 2020: 45-62). Contudo, é possível respigar também exemplos de livros que tratavam de outras matérias e que foram dedicados a figuras femininas. Lembremos que Duarte Dias dedicou um livro de poesia profana - *Varias Obras de Duarte Diaz em lingoa Portuguesa, e Castelhana* (1592) – a D. Margarida Corte Real, marquesa de Castelo Rodrigo, e que Anrique Aires Vitória endereçou a tradução e adaptação em verso da tragédia *Electra*, de Sófocles, sob o título *Tragédia da vingança que foi feita sobre a morte del Rei Agaménom*, a D. Violante de Távora.

Tendo em conta este contexto, será também pertinente considerar os inventários de bibliotecas particulares femininas, no sentido de indagar a composição destas coleções privadas, nomeadamente no que diz respeito à presença de determinadas tipologias textuais que poderão (ou não) ir ao encontro dos conselhos e das advertências propostas pela literatura moral, mas também de «programas» de educação feminina e de divulgação de pautas de comportamento de matriz devota que se foram cristalizando, a partir do século XVI.

Não existem ainda trabalhos extensos, sistemáticos e aprofundados especificamente dedicados à relação das mulheres com a circulação e receção de livros nos séculos XV e XVI em Portugal, embora existam já numerosos e importantes estudos dedicados a algumas figuras históricas, certos géneros textuais ou a temáticas específicas dentro deste universo (por exemplo: Villegas de la Torre, 2012; Sá, 2015; Frade, 2016; Pita, 2016; Mendes, 2020; Dávila, 2021). O aqui dizemos resulta, por isso, por um lado da leitura destes trabalhos, por outro, de uma investigação própria, cujos resultados devem ser considerados preliminares e provisórios. Esta afirmação é especialmente importante no que diz respeito à produção manuscrita, que continuou a ser muito frequente ao longo de todo o século XVI (Buescu, 2003), mas tem sido ainda bastante menos estudada do que a produção impressa.

Um bom ponto de partida para indagarmos a relação das mulheres com os livros e, a partir daí, procurarmos tendências e problematizarmos aspetos concretos, são, como dissemos, os inventários de bibliotecas particulares. É bem sabido que a análise deste tipo de documentos deve ser feita com cautelas: são frequentemente parcelares, pouco detalhados e imprecisos, mais interessados no aspeto material dos livros do que no seu conteúdo. São inventários de bens materiais, mais do que inventários de bens culturais. Além disso, são, por vezes, conhecidos apenas através de cópias tardias, incompletas ou imperfeitas. E é também sabido que a presença de determinado livro numa biblioteca particular não significa, necessariamente, que tenha sido lido, ou que o proprietário tenha por ele especial interesse. Apesar de tudo isto, estes inventários permitem, de facto, observar tendências e também fornecem outros dados de interesse. Infelizmente, não se conhecem muitos inventários de bibliotecas de mulheres laicas, em Portugal, no século XVI. Tanto quanto sabemos, subsistem somente três, todos de figuras ligadas à Casa Real.

O mais antigo, que é de princípios do século XVI (1507), é um inventário *post-mortem* de livros que pertenceram a D. Beatriz, duquesa de Viseu e de Beja e mãe do rei D. Manuel I (Freire, 1914; Martins, 2011; Dávila, 2019). O segundo é um inventário, também *post-mortem*, de livros que pertenceram à rainha D. Leonor, mulher de D. João II e filha de D. Beatriz, previamente referida (Cepeda, 1987). Este inventário foi elaborado no ano de 1537 e é de livros que foram legados pela rainha ao convento da Madre de Deus de Xabregas, em Lisboa, que ela mesma fundara. O terceiro inventário conhecido é de livros que pertenceram à rainha D. Catarina, mulher do rei D. João III e neta dos Reis Católicos (Viterbo, 1901: 26-41). Tem características diferentes dos anteriores, na medida em que não é, em rigor, um inventário de livros, mas sim um conjunto de três documentos com diferentes características e de épocas diferentes: um caderno de despesas da rainha, que, entre vários outros objetos, inclui referências a livros que D. Catarina mandara comprar ou encadernar e dois inventários de bens, entre os quais são referidos muitos livros. O primeiro destes três documentos regista compras efetuadas no final da década de 1530; o primeiro inventário de bens é de 1534 e o segundo é de 1557, ano em que morreu o seu marido.

A análise conjunta de todos estes documentos revela algumas tendências claras. Por um lado, a quantidade de livros referidos aumenta de inventário para inventário: o de D. Beatriz contém apenas 30, mas o de D. Leonor já contém mais do dobro, 63. Quanto aos inventários de D. Catarina, os cadernos de despesas registam 17 livros, o inventário de 1534 contém 65, e o de 1557 contém 25. Embora haja algumas repetições entre os cadernos de despesa e os dois inventários, podemos dizer que estes documentos referem cerca de 100 livros que, em algum momento, pertenceram à rainha D. Catarina. Este aumento do número de exemplares é acompanhado por uma maior diversificação temática. Assim, no inventário dos livros de D. Beatriz, todos os títulos referidos têm temática religiosa ou estão relacionados com o serviço religioso (livros de canto, por exemplo). Merecem referência, contudo, um livro manuscrito sobre cujo conteúdo nada é dito, e também um exemplar do *Genesisii Alfonsi*. Esta obra é uma compilação hagiográfica que foi escrita no século XIII, por ordem do rei Afonso X de Castela e foi impressa, tal como várias outras obras patrocinadas por este rei, no princípio do século XVI (em 1502), embora não se conheçam atualmente exemplares (Bautista, 2017). Mas, tanto em Portugal como em Espanha, a sua leitura foi posteriormente proibida e, no caso de Portugal, conhecem-se processos da Inquisição de meados de quinhentos em que a posse desta obra é uma das acusações lançadas contra os réus (Tavares, 2014). Embora não possamos dizer que, durante a vida de D. Beatriz, esta era já uma obra suspeita, a verdade é que não deixa de ser interessante a presença de um exemplar na sua biblioteca particular.

No inventário dos livros de D. Leonor, o panorama já é diferente, pois ele contém pelo menos 23 obras (em 63) que não são de temática religiosa, nem têm funcionalidade religiosa. Destas 23 obras, 11 são textos em latim ou escritos originalmente em latim (nem sempre é fácil percebermos se estamos perante originais ou traduções, e para que língua). Permitimo-nos salientar este facto porque, juntamente com obras de temática ou funcionalidade religiosa, os textos em latim (de autores da época clássica, mas não apenas desses) eram, como vimos, leitura frequentemente recomendada ou associada a mulheres da alta aristocracia, nesta época. No caso da rainha D. Leonor, existe até um interessante testemunho disso mesmo. Nas cerimónias de casamento do filho desta rainha com a filha dos reis Católicos, em

1491, o humanista italiano Cataldo Sículo, que vivia em Portugal há alguns anos, elogiou D. Leonor dizendo que a força do seu engenho era grande «tanto para interpretar como para ler os volumes das páginas sagradas e da língua latina» (Sá, 2015: 173). Ora, o inventário dos livros de D. Leonor confirma, como vimos, esta preferência, pois a maior parte das obras referidas são «de páginas sagradas» ou «da língua latina». Apesar disso, o inventário refere 12 obras que não são nem uma coisa, nem outra. Entre estas 12 obras, contam-se dois livros de poesia, um livro de história profana, um tratado de agricultura, um tratado de medicina, um tratado contra as previsões dos astrólogos, um exemplário, dois tratados de comportamentos sociais, 2 livros de viagens e um livro de ficção cavaleiresca. Não sabemos em que língua estavam escritos alguns destes livros (português, espanhol ou francês), mas, quando essa indicação existe, o número de textos em castelhano é semelhante ao número de textos em português (cerca de cinco em cada uma destas línguas), como seria de esperar numa época em que as ligações políticas e culturais entre Portugal e Espanha eram tão fortes.

No que diz respeito aos inventários dos livros da rainha D. Catarina, a proporção de livros que não são nem religiosos nem latinos é semelhante: pelo menos 26 títulos. Existem, contudo, vários livros cuja identificação é difícil ou impossível, pelo que a proporção real deve ser um pouco maior. Interessantemente, o inventário conhecido dos livros de seu marido, o rei D. João III (Viterbo, 1901: 24-26), além de conter bastante menos volumes, revela uma presença muito maior de livros de temática ou funcionalidade religiosa, que constituem a quase totalidade dos títulos recenseados. Por comparação com o inventário dos livros de D. Leonor, alguns géneros estão mais representados nos inventários de D. Catarina. Exemplos claros são a ficção cavaleiresca e, sobretudo, a história profana e a poesia. O inventário de D. Leonor registava, como escrevemos, um título de ficção cavaleiresca e um título de história profana não latina, mas os inventários de D. Catarina registam, respetivamente, 2 e 12 títulos. Quanto à poesia, D. Leonor possuía 2 livros, mas D. Catarina, segundo os inventários, possuía 7. Há também pelo menos um género que está representado nos inventários de D. Catarina, mas não no de D. Leonor. Referimo-nos a textos jurídicos: D. Catarina possuía um exemplar das *Sete Partidas*, de Afonso X, talvez através de alguma das muitas edições quinhentistas que desta obra

se fizeram. D. Leonor não possuía, segundo o inventário conhecido, nenhuma obra deste tipo.

O caso da historiografia profana é especialmente interessante. A maior parte dos livros deste género referidos nos inventários de D. Catarina são crónicas castelhanas dos séculos XIII, XIV e XV, possivelmente através de impressões de finais do século XV e do XVI. Estas crónicas foram, de facto, muito populares ao longo do século XVI em Espanha, tendo-se feito várias edições. A popularidade das crónicas durante esta época, tanto em Espanha como em Portugal (apesar de as crónicas portuguesas não terem sido impressas, circularam de forma manuscrita) pode explicar, por si só, a presença relevante destes textos nos inventários de livros de D. Catarina. Devemos, contudo, insistir neste ponto, pois, contrariamente ao que sucede com outros géneros que, na época, não eram considerados leituras próprias de mulheres (p. ex., os livros de cavalaria), não tem sido estudada a ligação de mulheres à circulação ou produção de textos historiográficos. Alguns indícios revelam, contudo, que essa ligação era relevante. D. Catarina não foi, em Portugal, a única mulher da aristocracia que possuía exemplares, manuscritos ou impressos, das antigas crónicas e de outros textos historiográficos. Um caso interessante é o de um manuscrito da segunda metade do século XVI, atualmente na Biblioteca Pública de Braga com a cota MSS. 1112 (Moreira, 2017-2018). Segundo uma marca de posse presente nas folhas iniciais, o manuscrito pertenceu a um «Senhora dona Antónia de Castro». Não é fácil identificarmos esta figura, mas o «dona» garante que era uma mulher da aristocracia. O conteúdo deste manuscrito é bastante heterogéneo (Moreira, 2018), mas constitui, maioritariamente, uma miscelânea histórica feita com base em dois tipos de materiais: por um lado, cópias de capítulos ou resumos de crónicas portuguesas e castelhanas; por outro, relatos contemporâneos, geralmente sob a forma de cartas, de acontecimentos relacionados com a vida da corte portuguesa (p. ex., uma descrição de um célebre e grandioso torneio organizado pela corte em 1550). Outro exemplo interessante da associação de mulheres da nobreza a textos historiográficos é o de D. Leonor de Noronha (López-Iglésias Samartim, 2003). Esta mulher pertencia a uma das mais ilustres famílias portuguesas da época e foi discípula do humanista italiano Cataldo Sículo, a que há pouco aludimos. É conhecida por ter traduzido para português as *Enneades*,

uma história universal de Marco Antonio Sabelico, dos finais do século XV. As primeiras duas partes desta tradução foram impressas em 1550 e em 1553, e é quase sempre a estas partes que os estudiosos se referem. Contudo, D. Leonor de Noronha traduziu também outras partes, que permaneceram manuscritas e quase ninguém conhece. Ora, numa dessas partes, acrescentou uma série de capítulos sobre a história portuguesa do século XV e dos inícios do século XVI (Tarouca, 1949), em parte baseada nas crónicas, em parte proveniente, decerto, da memória familiar de D. Leonor, pois os seus antepassados aparecem aí com destaque. Esta ligação das mulheres à preservação da memória familiar, que tem sido salientada noutras áreas (por exemplo, na história da arte) poderá, de resto, ajudar a compreender a importância da ligação das mulheres com a produção e circulação de textos historiográficos. Esta é, contudo, uma área que, no caso português, e como dissemos, necessita ainda de muita investigação antes que possamos oferecer conclusões plausíveis.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA ATIVA

Acosta, Cristóbal (1592). *Tratado en loor de las mugeres*. Venezia: Iacomo Cornnetti.

Anjos, Fr. Luís dos (1999). *Jardim de Portugal* [1626]. Ed. de Maria de Lurdes Correia Fernandes. Porto: Campo das Letras.

Azevedo, Diogo Manuel Aires de (1734). *Portugal illustrado pelo sexo feminino: noticia histórica de muitas heroínas portuguezas, que floresceram em virtudes, letras e armas*. Lisboa: Officina de Pedro Ferreira.

Leão, Duarte Nunes de (2002). *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: FLUL/Centro de História.

Moraes, Sebastião (1602). *Vita et morte della sereniissima Maria di Portogallo principessa di Parma, & Piacenza*. Roma.

Vives, Juan Luis (1992). *Institutio Foeminae Christianae*. In *Obras Completas* (ed. Lorenzo Riber). Vol. I. Valencia: Generalitat Valenciana.

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

Baranda Leturio, Nieves (2017). Por persona interpuesta: agencia cultural femenina en la temprana modernidad española. In H. Gallego Franco; M. del C. García Herrero (Eds.), *Autoridad, poder e influencia. Mujeres que hacen Historia (185-206)*. Barcelona: Icaria Editorial.

Barbazza, Marie-Catherine (1988). L'éducation féminine en Espagne au XVI^{ème} siècle: une analyse de quelques traités moraux. In *École et église en Espagne et en Amérique latine. Aspects idéologiques et institutionnels (327-348)*. Tours: Publications de l'Université de Tours.

Bautista, Francisco (2017). Alfonso X, Bernardo de Brihuega y la *General estória*. *Atalaya*, 17. DOI: <<https://doi.org/10.4000/atalaya.2954>>. Acedido a 10/05/2023.

Buescu, Ana Isabel (2003). “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII. *Ler História*, 45, pp.19-48.

Cátedra, Pedro M.; Rojo, Anastasio (2004). *Bibliotecas y Lecturas de Mujeres. Siglo XVI*. Instituto de Historia del Libro y de la Lectura.

Cepeda, Isabel (1987). Os Livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: S. 2, 2 (2), pp. 51-81.

Dávila, Maria Barreto (2019). *A Mulher dos Descobrimentos. D. Beatriz. Infanta de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Dávila, Maria Barreto (2021). “Insinância das Damas””: Educação e literacia femininas na corte portuguesa de Quatrocentos. *Língua-Lugar: Literatura, História, Estudos Culturais*, 1(4), 22–44. <<https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e709>>. Acedido a 10/05/2023.

Fernandes, Maria de Lurdes Correia (1993). Francisco de Monzón e a «princesa cristã». *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Anexo V: *Espiritualidade e Corte em Portugal. Sécs. XVI-XVIII*. Porto, pp. 109-121.

Fernandes, Maria de Lurdes Correia (1994). Recordar os “santos vivos”: Leituras e práticas devotas nas primeiras décadas do século XVII português. *Via Spiritus*, 1, pp. 133-155.

Fernandes, Maria de Lurdes Correia (1995). *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ FLUP.

Frade, Mafalda (2016). Contributo para a história da tradução em Portugal: as primeiras tradutoras conhecidas. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 18, pp. 141-155.

Freire, Anselmo Braamcamp (1914). Inventário da Infanta D. Beatriz. 1507. *Arquivo Histórico Português* 9, pp. 64-110.

Martins, Maria Odete Sequeira (2011). *D. Brites. Mulher de Ferro*. Coleção «Rainhas e infantas de Portugal». Lisboa e Vila do Conde: Academia Portuguesa da História e Quidnovi.

Mendes, Paula Almeida (2020). Mulheres e cultura escrita em Portugal no século XVI: entre livros e dedicatórias. *Titivillus. Revista Internacional sobre Libro Antigo* 6, pp. 45-62.

Moreira, Filipe Alves (2017-2018). Uma descrição inédita do torneio de Xabregas (1550). *Mátria Digital*, 5, pp. 117-137.

Mostaccio, Silvia (2010). Entre Réforme et Espagne: quele éducation religieuse pour les femmes dans les Pays-Bas méridionaux?. In S. Mostaccio (ed.), *Genre et identités aux Pays-Bas méridionaux. L'éducation religieuse des femmes après le concile de Trente (65-87)*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant.

Pita, Isabel Beceiro (2016). “Poder regio y mecenazgo en el occidente peninsular: las reinas e infantas de las dinastías Trastámara y Avís”. *Anuario de estudios medievales*. Vol. 46, Nº 1 (“El ejercicio del poder de las reinas ibéricas en la Edad Media”), pp. 329-360.

Plebani, Tiziana (1996). Nascita e caratteristiche del pubblico di lettrici tra medioevo e prima età moderna. In G. Zarri (Ed.), *Donna, disciplina, creanza cristiana dal XV al XVII secolo. Studi e testi a stampa (23-44)*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.

Sá, Isabel dos Guimarães (2015). Rainhas e cultura escrita em Portugal (séculos XV-XVI). In *Religião e linguagem nos mundos ibéricos: identidades, vínculos sociais e instituições (169-180)*. Brasil: Laboratório de Mundos Ibéricos.

San Jerónimo (1962). *Cartas*. Ed. Daniel Ruiz Bueno. Vol. II. Madrid: BAC.

López-Iglésias Samartim, Roberto (2003). *A Dona do Tempo Antigo: Mulher e Campo Literário no Renascimento Português, 1495-1557*. Santiago de Compostela: Laiovento.

Tavares, Maria José Ferro (2014). Judeus de Castela em Portugal no final da idade Média: onomástica e fontes documentais. *SEFARAD*, vol. 74:2, julho-diciembre 2014, págs. 303-342. Doi: 10.3989/sefarad.014.008.

Tarouca, Carlos da Silva (1949). Uma História de Portugal no séc. XV e a sua autora. *Brotéria*. 48 n. 6: pp. 668-77.

Vasconcelos, Carolina Michaëlis de (1983). *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Lisboa: BN.

Villegas de la Torre, Esther Maria (2012). *Women and the republic of letters in the Luso-Hispanic world, 1447-1700*. PhD thesis, University of Nottingham. Online: <http://eprints.nottingham.ac.uk/view/people/Villegas_de_la_Torre=3AEsther_Maria=3A=3A.html>

Viterbo, Sousa (1901). *A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel*. Lisboa: Typ. da Academia.

Zimmermann, Margarete (1999). Querelle des femmes, querelles du livre. In D. de Courcelles, C. Val Julian (Ed.). *Des Femmes et des Livres. France et Espagnes (XIV^e-XVII^e siècle) (80-92)*. Paris: École Nationale des Chartres.